



## ATA DE REUNIÃO

Evento	Reunião do Comitê de Proteção de Dados e Segurança da Informação
Data	4/2/2026
Horário	14h30
Local	Híbrida - Presencial na Sala de Reuniões da Presidência e Telepresencial pelo Google Meet
Presentes	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desembargador Coordenador, Levi Rosa Tomé;</li><li>- Juíza Auxiliar da Presidência, Daniela Macia Ferraz Giannini;</li><li>- Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional e Encarregada, Lúcia Zimmermann;</li><li>- Juíza Substituta Bruna Müller Stravinski;</li><li>- Secretaria-Geral da Presidência Substituta, Fabiana Aleixo Stelzer;</li><li>- Assessora de Gestão Estratégica, Iara Cristina Gomes;</li><li>- Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações, Herbert Wittmann;</li><li>- Assessora da Escola Judicial, Ana Maria da Silva Oliveira;</li><li>- Assessora Jurídica, Débora Cristina Oliveira Pazzianotto;</li><li>- Representante da Secretaria da Corregedoria, Danilo Renato Pereira dos Santos;</li><li>- Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce.</li></ul>
Ausências justificadas	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desembargador Ouvidor, Edmundo Fraga Lopes;</li><li>- Desembargador Claudinei Zapata Marques;</li><li>- Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional e Encarregado suplente, Alessandro Tristão;</li><li>- Secretaria-Geral da Presidência, Adriana Martorano Amaral Corsetti;</li><li>- Diretor-Geral, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser;</li><li>- Secretário-Geral Judiciário, Paulo Eduardo de Almeida;</li><li>- Secretário da Corregedoria, Vlademir Nei Suato.</li></ul>
Pauta / Assuntos	<p>1 - <a href="#">PROAD 16977/2025</a>: Contratação de serviços de atualização de software e suporte técnico, pelo período de 12 (doze) meses, para licenças do Oracle Database Enterprise Edition, do Oracle Database Standart Edition 2, do Oracle Tuning Pack e do Oracle Diagnostics Pack, demandada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.</p> <p>2 - <a href="#">PROAD 18596/2025</a>: Proposta de elaboração de Política de Combate à Fraude e à Corrupção (Prosseguimento da reunião de 10/12/2025).</p> <p>3 - <a href="#">PROAD 13122/2025</a>: Proposta de Plano de Capacitação em LGPD e Harmonização LAI/LGPD - 2026;</p> <p>4 - <a href="#">PROAD 1151/2026</a>: Solicitação da Associação Nacional dos Técnicos do Poder Judiciário do Ministério Público da União (ANATECJUS) para pesquisa/levantamento sobre a força de trabalho no Poder Judiciário da União.</p> <p><u>Temas de Segurança da Informação:</u></p> <p>5 - <a href="#">PROAD 16127/2025</a>: Adoção de providências relativas ao Ato Conjunto <a href="#">TST.CSJT.GP</a> nº 41/2025, que instituiu o Processo de Comunicação de Incidentes Cibernéticos na Justiça do Trabalho (PCIC).</p> <p>6 - <a href="#">PROAD 20397/2023</a>: Proposta de revisão integral da Resolução Administrativa nº 004/2019, que instituiu a Política Institucional de Segurança da Informação (PISI) deste Tribunal.</p> <p>7 - <a href="#">PROAD 25870/2025</a>: Revisão do Plano de Backup e adequação normativa.</p>

## TÓPICOS DEBATIDOS E RESULTADOS

O Excelentíssimo Desembargador Levi Rosa Tomé, Coordenador do Comitê de Proteção de Dados e Segurança da Informação, iniciou a reunião cumprimentando a todas e a todos, passando à análise dos assuntos pautados e compartilhados anteriormente.

**1 - PROAD 16977/2025: Contratação de serviços de atualização de software e suporte técnico, pelo período de 12 (doze) meses, para licenças do Oracle Database Enterprise Edition, do Oracle Database Standart Edition 2, do Oracle Tuning Pack e do Oracle Diagnostics Pack, demandada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação:**

Dra. Lúcia, como Juíza Encarregada, explicou que, em razão da urgência dessa contratação de serviços de atualização de software e suporte técnico para licenças do Oracle, já fez análise previamente, assim como a Assessoria Jurídica.

A empresa não havia concordado com a cláusula padrão deste Tribunal, solicitando uso de cláusula própria. Contudo, como a cláusula cita a LGPD e menciona ciência da política adotada por este Regional, não se verificou prejuízo em permitir, sob exclusivo enfoque na Lei Geral de Proteção de Dados, a utilização da cláusula da Oracle nesse contrato.

O Comitê, portanto, concordou com a análise e sugeriu a aprovação à Presidência.

**2 - PROAD 18596/2025: Proposta de elaboração de Política de Combate à Fraude e à Corrupção (Prosseguimento da reunião de 10/12/2025):**

Dra. Lúcia e Débora deram destaque aos artigos em que, à luz da proteção de dados, são observados os tópicos da Lei Geral.

Iara destacou que a proposta passou também por outros Colegiados, como Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações e Comitê de Ética, que poderão voltar a debater o processo.

O Comitê manifestou anuênciia em relação à minuta da Política de Combate à Fraude e à Corrupção.

**3 - PROAD 13122/2025: Proposta de Plano de Capacitação em LGPD e Harmonização LAI/LGPD - 2026:**

Dr. Levi elogiou o plano de Capacitação, que ficou abrangente e reuniu os aspectos da Lei de Acesso à Informação e da LGPD.

Dra. Lúcia solicitou acrescentar o Juiz Encarregado Suplente como público-alvo e, em razão do Dia Nacional da Proteção de Dados (17 de julho), propôs a realização da Jornada Nacional da Proteção de Dados, lançando o TRT-15 como protagonista na aplicação adequada da LGPD. Seriam, no mínimo, duas palestras pela manhã e tarde.

Dr. Levi comentou sobre os palestrantes expoentes que poderiam ser trazidos, desde que haja público, espaço e autorização da Presidência e Escola Judicial.

Herbert compartilhou que conversou com empresa que utiliza metodologia para avaliar em que estágio de maturidade o órgão está em determinados assuntos, como diagnóstico relativo à Proteção de Dados e Segurança da Informação, para verificar como o usuário conhece e aplica a LGPD. Contou, ainda, que a empresa entregará proposta para avaliação do Tribunal. Dra. Lúcia pontuou, porém, que essa proposta não entraria no Plano de Capacitação da Escola Judicial, por ora.

Dra. Daniela relembrou que foi autuado o PROAD 1164/2026, a partir de sugestão deste Comitê na última reunião, para levantamento de utilização de inteligência artificial neste TRT, o qual está com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, para desenvolvimento de formulário.

O Comitê levará a sugestão da Jornada Nacional da Proteção de Dados para a Presidência e propõe a aprovação do Plano de Capacitação em LGPD e Harmonização LAI/LGPD para 2026.

**4 - PROAD 1151/2026: Solicitação da Associação Nacional dos Técnicos do Poder Judiciário do Ministério Público da União (ANATECJUS) para pesquisa/levantamento sobre a força de trabalho no Poder Judiciário da União:**

Dr. Levi passou a palavra à Dra. Lúcia, que relatou que, tendo em vista a proximidade de data e que a matéria chegou direto a este Colegiado, não passou preliminarmente por parecer da Juíza Encarregada.

Resumiu, porém, que o pedido é para que a Exma. Desembargadora Presidente autorize e que a Secretaria de Gestão de Pessoas divulgue entre os servidores a pesquisa da ANATECJUS.

Sugere que seja mencionado que a resposta é de caráter facultativo e que, ao responder, o servidor assine seu consentimento para a finalidade específica, por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Débora citou dois processos anteriores similares, que trouxeram a desobrigação desta Corte, uma vez que não haverá tratamento de dados por ordem ou por este Tribunal.

Dr. Levi considerou que, a rigor, não há tratamento de dados neste PROAD 1151/2026 também, alertando que poderia haver o cuidado de constar um realce ao consentimento prévio por respondente.

Temas de Segurança da Informação:

**5 - PROAD 16127/2025: Adoção de providências relativas ao Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 41/2025, que instituiu o Processo de Comunicação de Incidentes Cibernéticos na Justiça do Trabalho (PCIC):**

Herbert explicou que o TST emitiu esse normativo tendo em vista casos anteriores, para dar conhecimento das providências a serem adotadas em eventuais incidentes cibernéticos.

Dra. Lúcia sugeriu que o fluxo deste normativo seja incluído na Política Institucional de Segurança da Informação deste Regional. Ainda que não haja inclusão integral, mas que se faça menção ao Ato Conjunto.

Débora trouxe proposta de que o Plano de Respostas a Incidentes seja atualizado, para o que ficou acordado que a SETIC trará informação se o Plano de Respostas contempla o Ato Conjunto do TST, além de trazer informações atualizadas sobre o PROAD 10972/2024, que cuida de proposta de plano de ação para tratar implementação da prevenção e mitigação de ameaças cibernéticas para o ano de 2026.

O Comitê tomou ciência do Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 41/2025.

**6 - PROAD 20397/2023: Proposta de revisão integral da Resolução Administrativa nº 004/2019, que instituiu a Política Institucional de Segurança da Informação (PISI) deste Tribunal:**

Dra. Lúcia demonstrou preocupação com a Política de Privacidade e Proteção de Dados, atualizada por meio do Ato Regulamentar GP 004/2025.

Requeru que, na minuta da revisão da Resolução Administrativa nº 004/2019, seja alterado o art. 7º, de forma a deixar mais amplo e utilizar a expressão “dados pessoais” no lugar de “dados pessoais sensíveis”.

Além disso, solicitou inserir a comunicação à(ao) Encarregada(o) em casos de incidentes cibernéticos.

Herbert opinou que a política passaria a chamar PISIPD - Política Institucional de Segurança da Informação e Proteção de Dados, para ser compatível com os novos normativos superiores, aglutinando as duas políticas. Recordou, ainda, da Resolução Administrativa nº 018/2023, que dispõe sobre as Diretrizes para Gestão de Segurança da Informação.

O Comitê sugere que a Política de Privacidade seja um capítulo da PISIPD a ser atualizada. A proposta será minutada pela Débora e compartilhada com o Comitê, permitindo sugestões.

**7 - PROAD 25870/2025: Revisão do Plano de Backup e adequação normativa.**

Herbert explicou que a SETIC revisou o Plano de Backup, para posterior atualização da Portaria GP nº 061/2019, que institui a Norma Técnica Complementar DGSI-TIC - cópias de segurança (backup), no âmbito deste Regional.

O tempo de retenção de backup e o tempo de demora para restabelecimento de backup são os focos dessa revisão, para atender a auditorias e controlar os prazos que a SETIC tem para utilizar essas cópias de segurança para retornar um sistema ou banco de dados ao ar. A partir desse tempo definido, a capacidade de armazenamento e o consequente investimento orçamentário podem ser traçados.

O Subcomitê de TIC e Crises Cibernéticas também já avaliou a revisão sugerida.

O Comitê propôs à Presidência a aprovação do Plano de Backup.

- Assuntos gerais:

Dra. Lúcia compartilhou o recebimento de ofício da ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados) para tomar ciência de despacho com deliberação, sugerindo a extinção do procedimento deste Tribunal naquela Agência, com recomendação ao agente de tratamento de dados que reavalie - regularmente ou quando ocorrer incidente - as medidas técnicas e administrativas adotadas, aptas a garantir a privacidade dos titulares, especialmente quando houver dados sensíveis, dados de crianças e adolescentes etc. A Juíza Encarregada fará a informação completa para a Exma. Desembargadora Presidente. O CSJT também requereu informações, as quais foram prestadas e serão atualizadas.

Débora contou que houve contato de outro Regional sobre desenvolvimento de projeto para a Wiki-LGPD. Dra. Lúcia chamou a atenção para a existência atual de Wiki-JT 1G, Wiki-JT 2G e Wiki-Precatórios, propondo o desenvolvimento regional da ferramenta Wiki-LGPD, para descrição dos fluxos, inclusive o estabelecido pelo CSJT, bem como os fluxos internos. Herbert complementou que poderia ser feito chatbot com utilização e interação com inteligência artificial e Chat-JT. Dra. Lúcia elucidou que, além dos normativos, serão inseridos repositórios de pareceres e documentos por TRTs etc. O Comitê concordou em encaminhar a presente proposta à Administração, submetendo à Presidência a ideia de lançamento dessa nova Wiki, se aprovada, no evento de julho

(Jornada Nacional de Proteção de Dados).

Ao final, não havendo outros assuntos a tratar, o Excelentíssimo Desembargador Coordenador, Levi Rosa Tomé, agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião às 15h39.

Ata preparada por	Patricia Luchi Pesce, Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	4/2/2026
Ata aprovada por	Desembargador Coordenador, Levi Rosa Tomé	Em	6/2/2026